

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

ESTADO DO ACRE

- 1 - Nome do estabelecimento, data de inspeção:

Complexo Penitenciário Polivalente Dr. Francisco de Oliveira Conde, Rio Branco, 08 de junho de 1987.

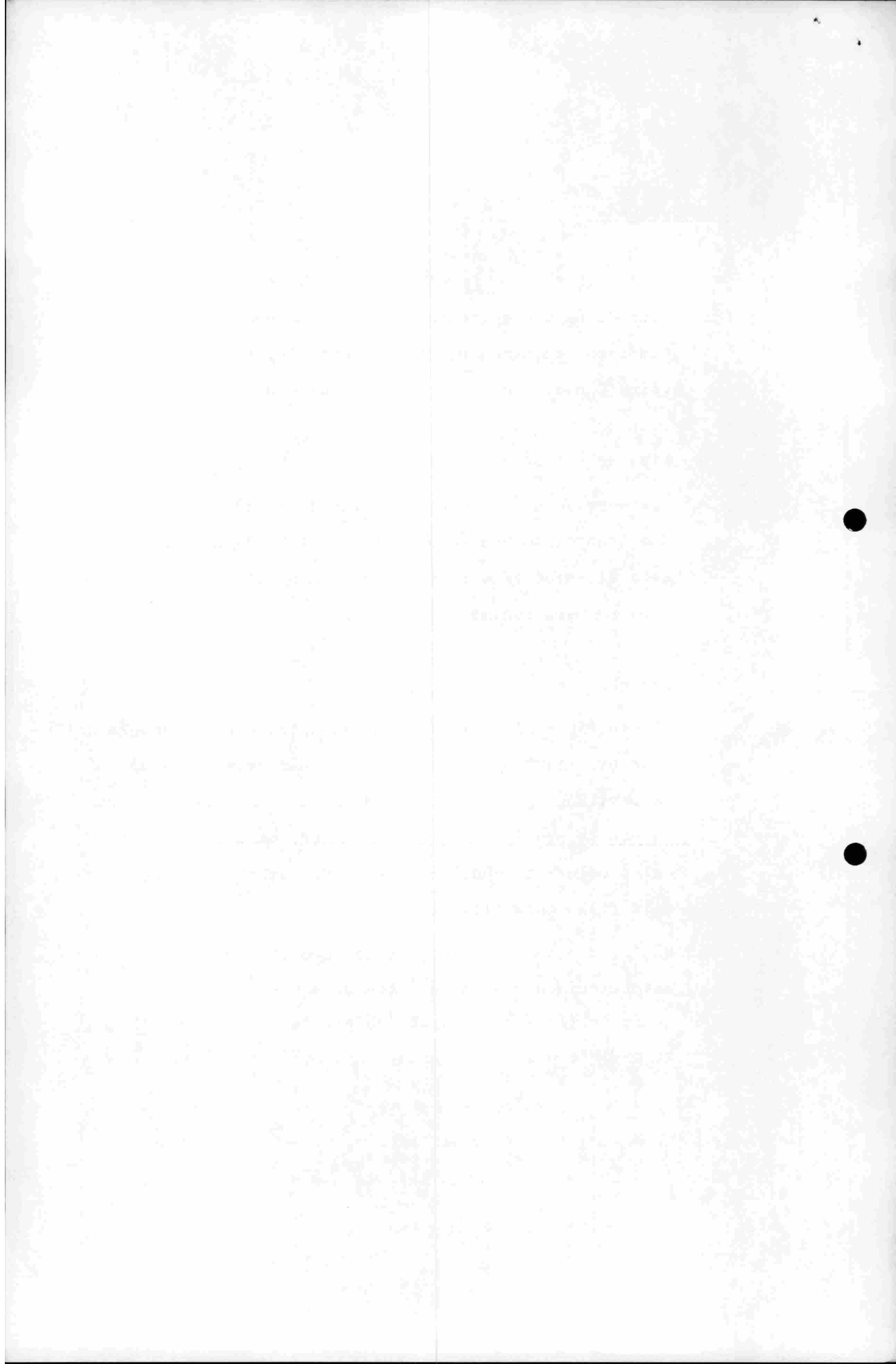
- 2 - Tipo de estabelecimento:

Trata-se de conjunto penitenciário situado a 12Km de Rio Branco, em uma área de desseete (17) hectares. Está dividido em dois setores: um para regime fechado e outro para regime semi-aberto.

- 3 - Lotação:

O Complexo Penitenciário tem capacidade para cento e quarenta (140) presos e todas as suas celas são coletivas. Há pavilhões para presos condenados e há pavilhões para presos provisórios. São, ao todo de dezesseis (16) celas coletivas que, dependendo do tamanho, abrigam dois (2) a onze (11) presos.

Não existe problema de superlotação carcerária pois o estabelecimento, complexo com capacidade para cento e quarenta (140) presos, abriga atualmente (junho/86) cento e vinte e um (121) presos assim distribuídos:



Homens (sub-judice) - 63

Homens (condenados) - 56

Mulheres (sub-judice) - 02

Mulheres (condenadas) - 00

Dos presos condenados, quarenta e três (43) estão em regime fechado, sete (7) em regime semi-aberto e seis em regime de prisão domiciliar, este último em função da existência de casa do albergado.

Não há manicômio judiciário no Acre. O Secretário de Justiça, informou que há um convênio do Governo de seu estado com o Governo do Amazonas, pelo qual o preso do Acre com doença mental é enviado para o hospital especializado, em Manaus e, por sua vez, como o Acre tem hospital para hansenianos, recebe os presos do Amazonas portadores dessa doença.

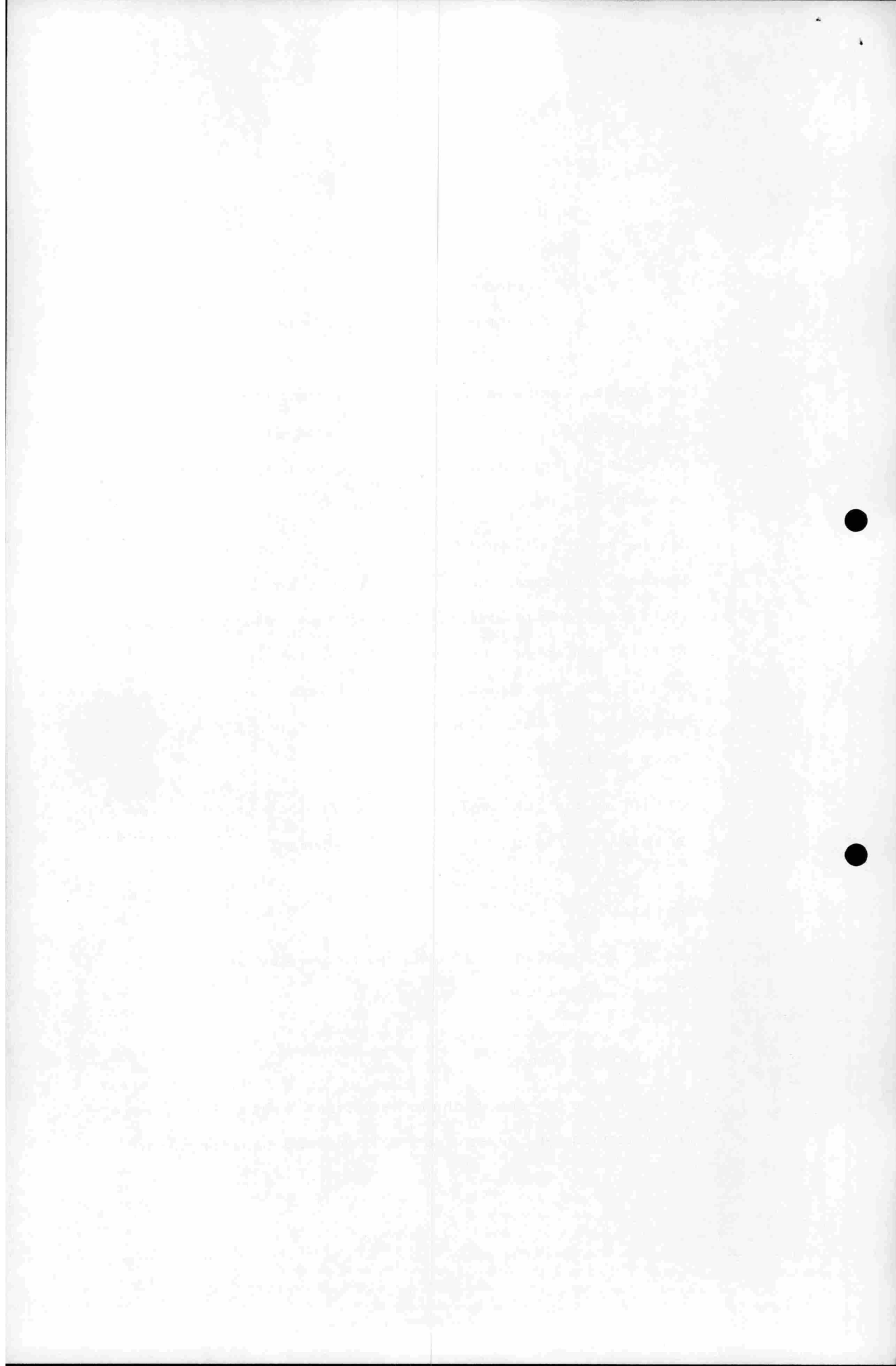
A maioria considerável, cerca de 78% dos presos está na faixa etária de vinte (20) a trinta (30) anos.

4 - Instalações:

Não há informação acerca do estado em que se encontram as instalações.

5 - Trabalho prisional:

Os presos no regime fechado trabalham apenas no serviço de limpeza e conservação do complexo penitenciário.



Por esse serviço não recebem qualquer remuneração, do que reclamam muito, parecendo, mesmo, a alguns, que se trata de "trabalho forçado".

Os presos em regime semi-aberto trabalham fora, recolhendo-se somente à noite; recebem salários que variam em função do contrato estabelecido por eles com a empresa contratante.

Do mesmo modo, os presos no regime de prisão domiciliar são beneficiados com contratos profissionais.

Não há na administração penitenciária nenhuma orientação pedagógica voltada à planificação do trabalho prisional, com respeito às garantias e benefícios dele decorrente.

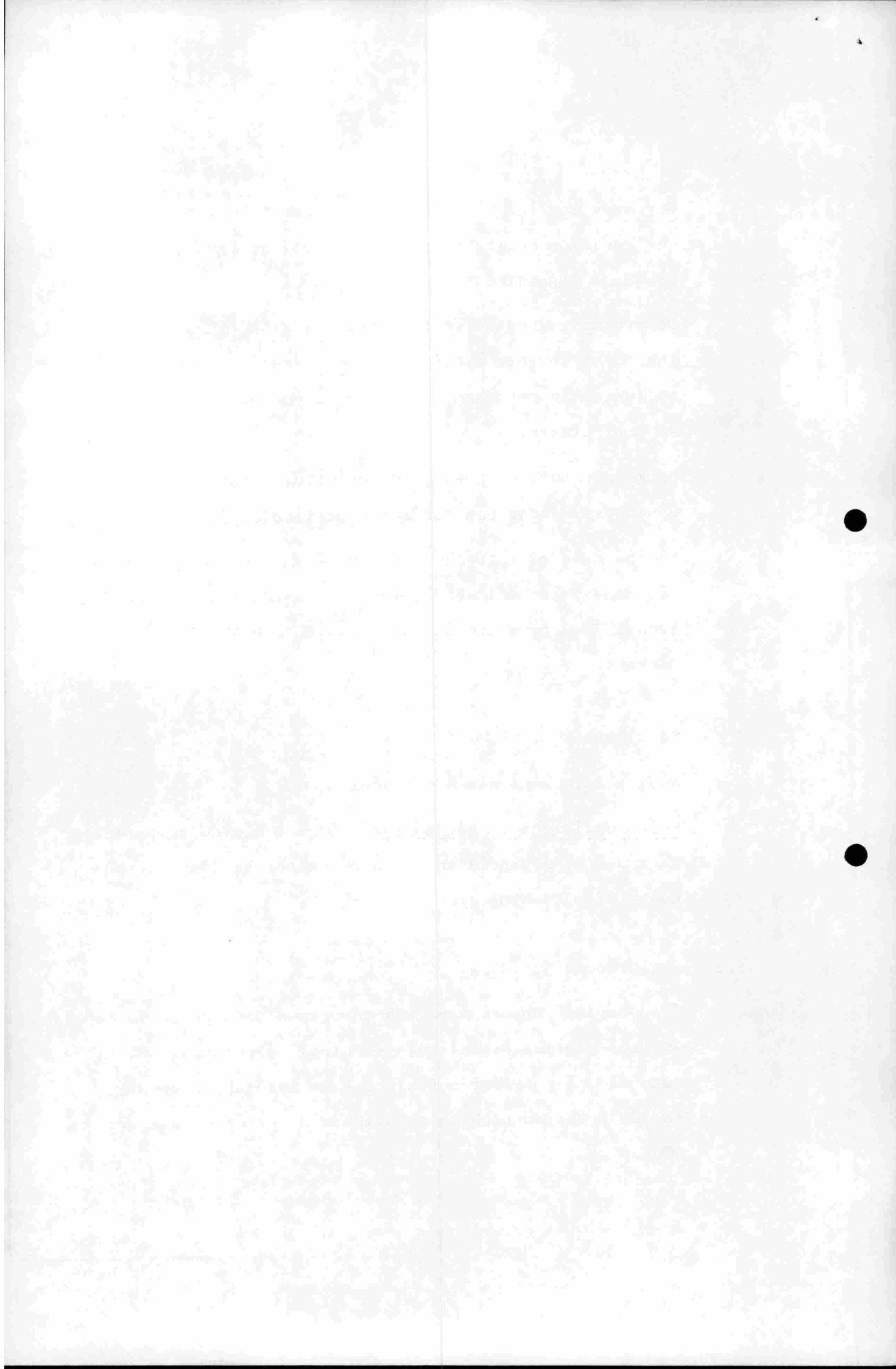
6 - Serviços:

6.1 assistência médica e odontológica:

Muito deficiente. Não há remédios e o médico comparece para dar assistência apenas uma vez por semana. Não há serviço odontológico.

6.2 assistência jurídica:

É precária. Apenas três (3) advogados da Secretaria de Justiça prestam assistência eventual aos presos. No Estado não há Defensoria Pública e os estudantes de Direito não praticam nenhuma modalidade de estágio nas prisões.



6.3 assistência educacional:

Lamentavelmente inexistente, não obstante 85% dos presos sejam alfabetizados.

6.4 assistência social:

Não há informação a respeito.

7 - Lazer:

Os presos só têm à disposição uma possibilidade de lazer: futebol de campo.

A construção de uma quadra polivalente para prática de esportes foi apontada como necessidade prioritária.

8 - Equipe a serviço:

Não há informação a respeito.

9 - Disciplina:

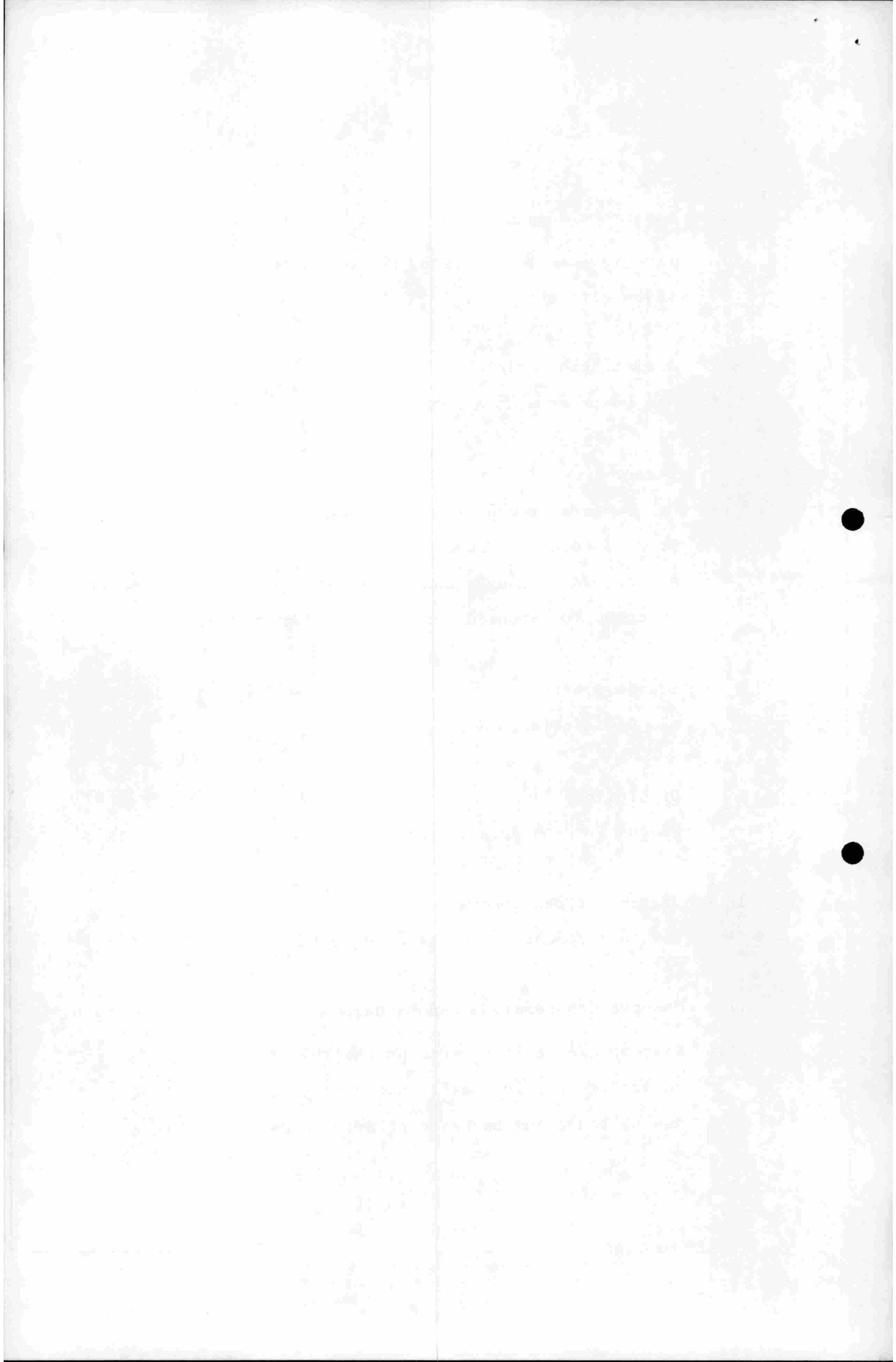
Não há informação a respeito.

10 - Tratamento penitenciário:

Não há informação precisa a respeito.

11 - Observações gerais e recomendações:

11.1 No complexo penitenciário um pavilhão foi construído para as "visitas íntimas". São doze (12) celas individuais, todas com banheiro próprio, onde o preso recebe,



uma vez por mês, sua esposa ou companheira.

11.2 Não há qualquer tipo de assistência ao egresso no Estado do Acre.

11.3 Sabe-se que a reincidência é da ordem de 20%, sendo maior a incidência de furto e tráfico de entorpecentes. No Estado do Acre há ainda duas pequenas penitenciárias:

- 1 - Colônia Penal Agrícola Guimarães Lima, em Cruzeiro do Sul, segundo mais importante município do Estado. Trata-se de estabelecimento para regime semi-aberto, com capacidade para vinte (20) presos, e com população atual de dezessete (17) internos.
- 2 - Colônia Penal Agrícola de Sena Madureira, localizada no município do mesmo nome, de regime semi-aberto, com capacidade para quinze (15) presos, tendo atualmente doze (12) internos.

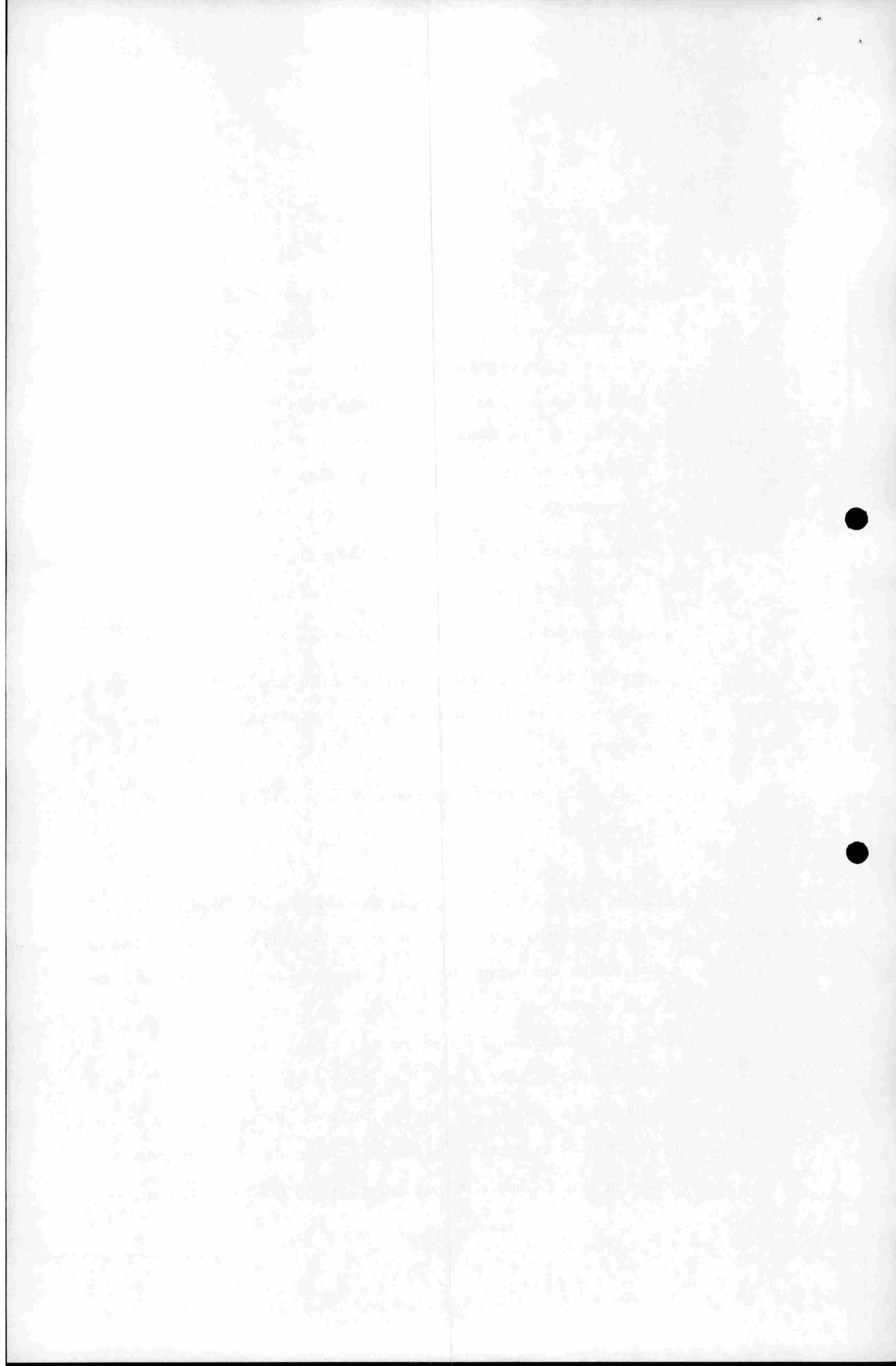
Ambas estão em bom estado de conservação e funcionamento, segundo o testemunho do próprio Secretário de Justiça do Acre.

11.4 Tendo como fonte a observação e declarações das autoridades da área e dos próprios internos, concluiu-se:

- 6.
- Não devem ser construídos outros estabelecimentos no Estado do Acre.
 - o Complexo Penitenciário Polivalente deve ser objeto de obras para aprimoramento. Neste sentido são imprescindíveis as seguintes providências:
 - . aquisição de equipamento para profissionalização dos presos, devendo-se aproveitar a produção e potencialidades da própria região, instalando-se uma oficina de marcenaria e outra de confecções de sapatos.
 - . tratamento da água, visto não existir medidas de saneamento no Complexo Penitenciário.
 - . construção de uma quadra de esporte.
 - . aquisição de um micro-ônibus e de uma ambulância para o serviço de transporte que o Complexo Penitenciário exige.
 - . aquisição de remédios para o ambulatório prisional, extremamente carente.

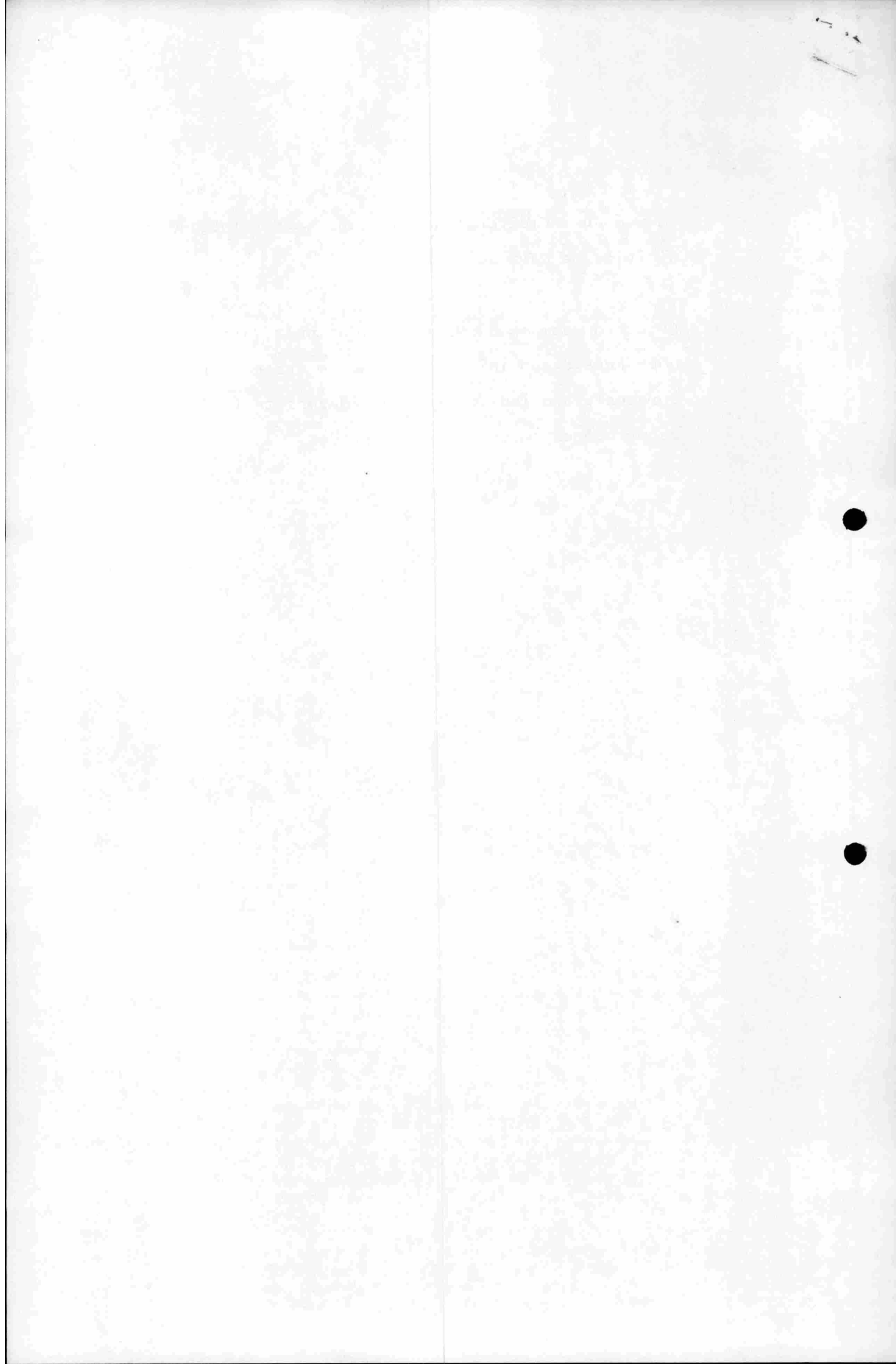
11.5 Existe uma só Vara de Execuções Penais em todo o Estado. De seu próprio juiz, foi ouvido desabafo desalentador pela falta de estrutura para desempenhar com eficiência o seu mister.

Ele confessou que há quatro (4) meses não visita as prisões do Estado, mas justificou-se: além de Juiz de Execução Penais, é também Juiz de Menores, recebe processos - crimes, exceto de Juri e de entorpecentes, acumula duas Comarcas nos municípios de Tarauacá e Fei



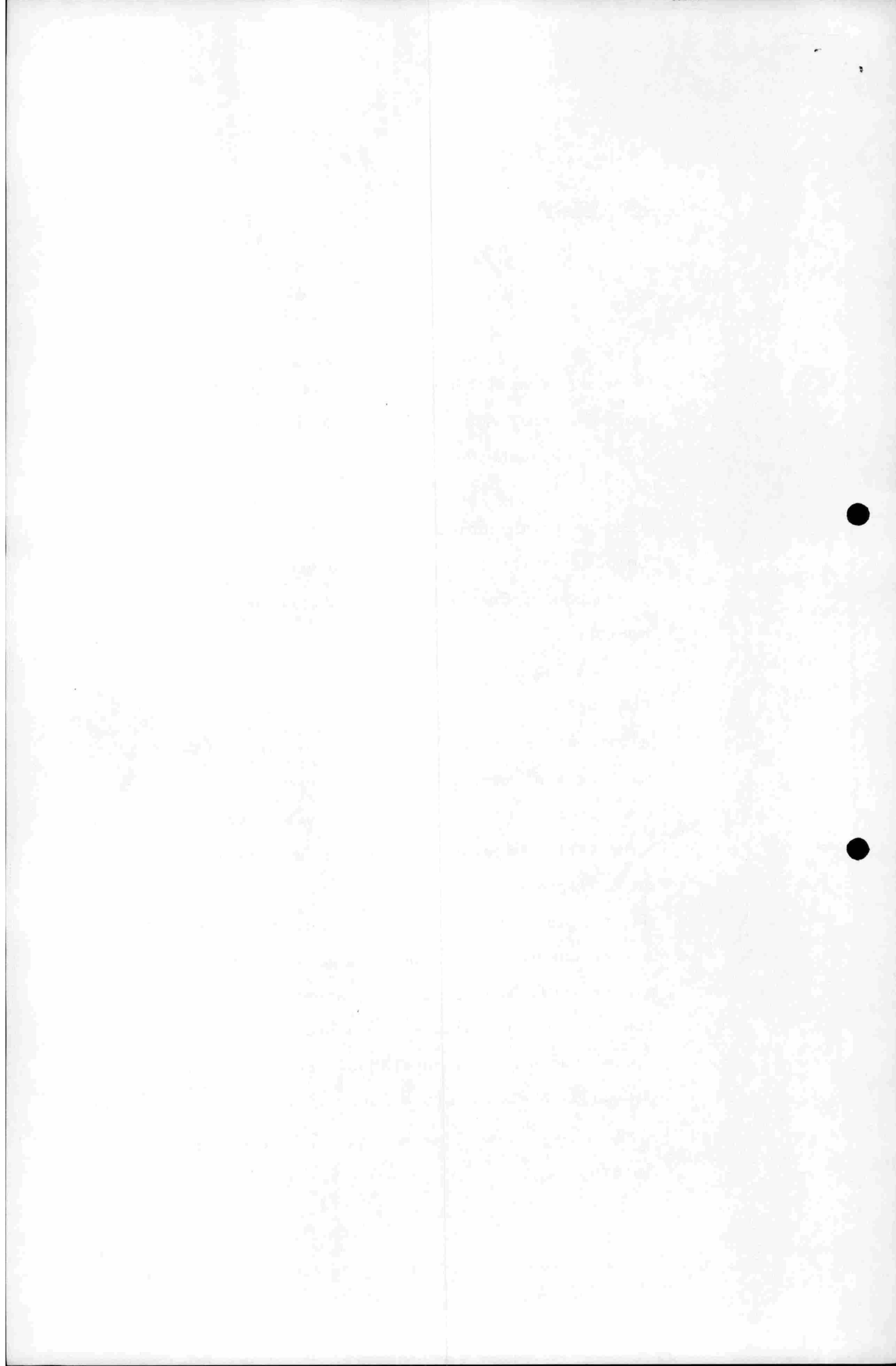
71
jô e é Juiz Eleitoral da 1a. Zona na Capital, e dos mu
nicípios de Tarauacá e Feijô.

De acordo com os dados fornecidos pela Vara de Execu-
ções Penais, no início de Junho do ano em curso, o Acre
apresentava o índice de apenas dezessete (17) mandados
de prisão expedidos e não cumpridos.



TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

- 1 - Nome do estabelecimento, data da inspeção:
Colônia Penal Agropecuária Industrial do Amapá, Macapá, 10 de junho de 1987.
- 2 - Tipo de estabelecimento:
Colônia agrícola em uso com condenados e processados, instalada em área rural e constando de trezentos (300) hectares.
- 3 - Lotação:
A lotação prevista é de oitenta e quatro (84) presos, mas, presentemente, há cento e noventa e cinco (195), dos quais, cento e oito (108) condenados e oitenta e sete (87) custodiados: o Pavilhão Feminino conta treze (13) presas.
Há, portanto, superlotação: ao invés dos $6,00m^2$ (seis metros quadrados) estabelecidos pela LEP como área mínima individual para alojamento de presos, sentenciados, os custodiados não dispõem de mais que $2,00m^2$ (dois metros quadrados), constringendo a direção do estabelecimento a improvisar, nas celas, beliches e "treliches" para a precária acomodação dos internos.



2

Vinte e oito (28) presos, classificados como "extra-muros" cumprem pena em regime aberto, dedicando-se às suas atividades profissionais na cidade durante o dia, para retornar à noite, alojando-se em celas separadas do Pavilhão Feminino.

4 - Instalações:

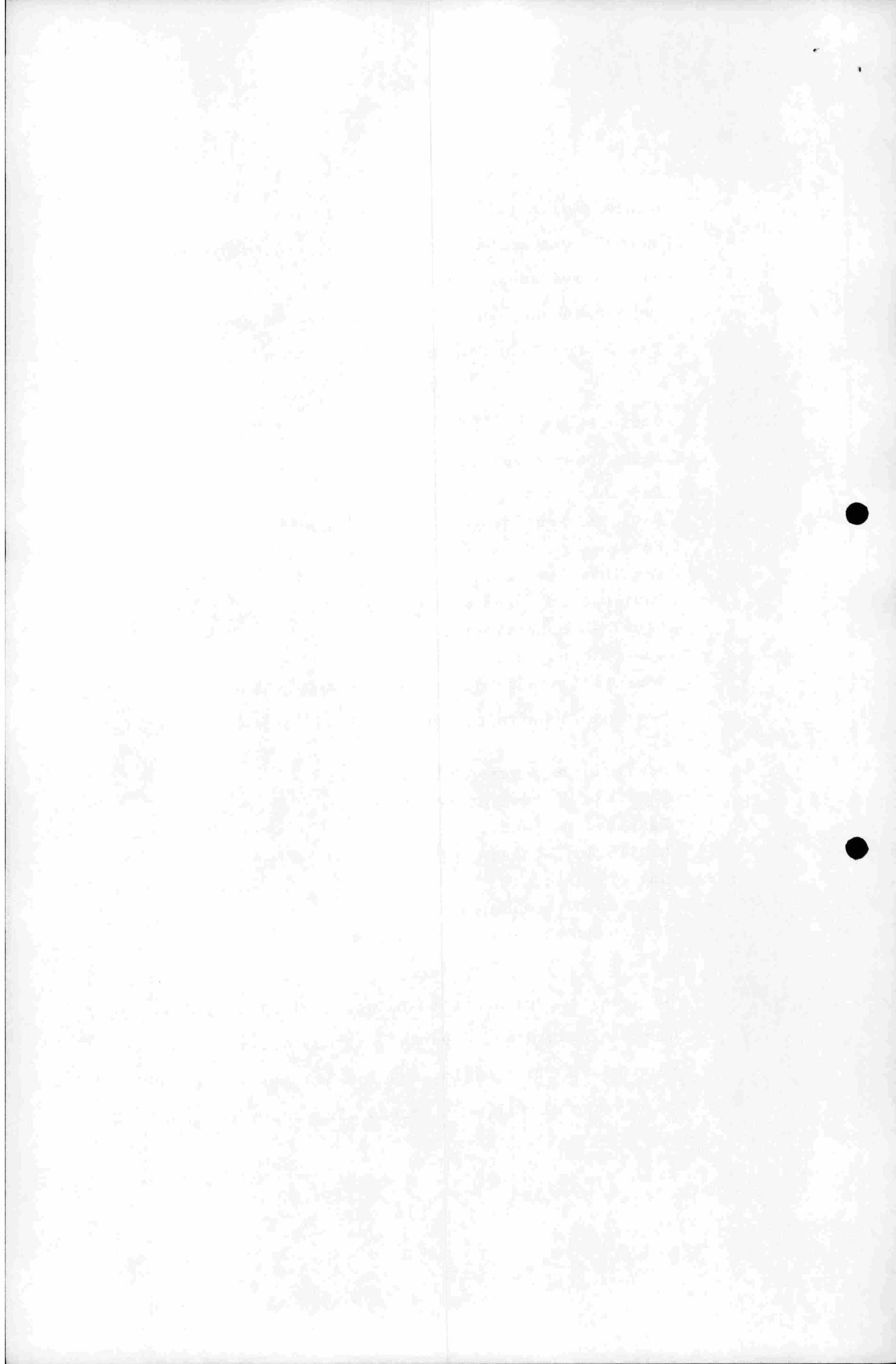
Encontram-se edificadas:

- Pavilhão da Administração;
- Pavilhão Presídio Jovem-Adulto Masculino;
- Pavilhão do Refeitório;
- Pavilhão Feminino;
- Pavilhão do Corpo de Guarda;
- Pavilhão de Vistoria;
- uma oficina de Carpintaria;
- seis (6) galpões do Projeto de Agricultura.

restando construir, para conclusão do projeto inicial:

- Pavilhão de Jovem-Adulto;
- Pavilhão de Visitas Familiares;
- Pavilhão de Saúde;
- Auditório Escola;
- uma oficina;
- Casa do Albergado;
- Centro de Observação e Triagem.

Na área reservada aos trabalhos agrícolas, além de hortas e plantações diversas, situam-se, em pleno funcionamento, um aviário, uma pocilga com animais de raça e vasto curral, em terreno alagado, destinado à



criação de búfalos.

A oficina de Carpintaria dispõe de maquinaria razoável, e, no momento, além de produzir móveis para a Administração Pública, aparelha-se para construir mobiliário escolar.

Encontra-se também em funcionamento, ainda, alfaiataria, esta necessitando receber máquinas industriais de maior rendimento.

5 - Trabalho prisional:

Por força das instalações referidas há ocupação para cerca de 60% (sessenta por cento) da população carcerária.

Segundo a direção, os presos ainda em ociosidade, quando não são provisórios, são de mau comportamento, não merecendo confiança para o trabalho em área livre.

6 - Serviço:

Não consta informação a respeito.

7 - Lazer:

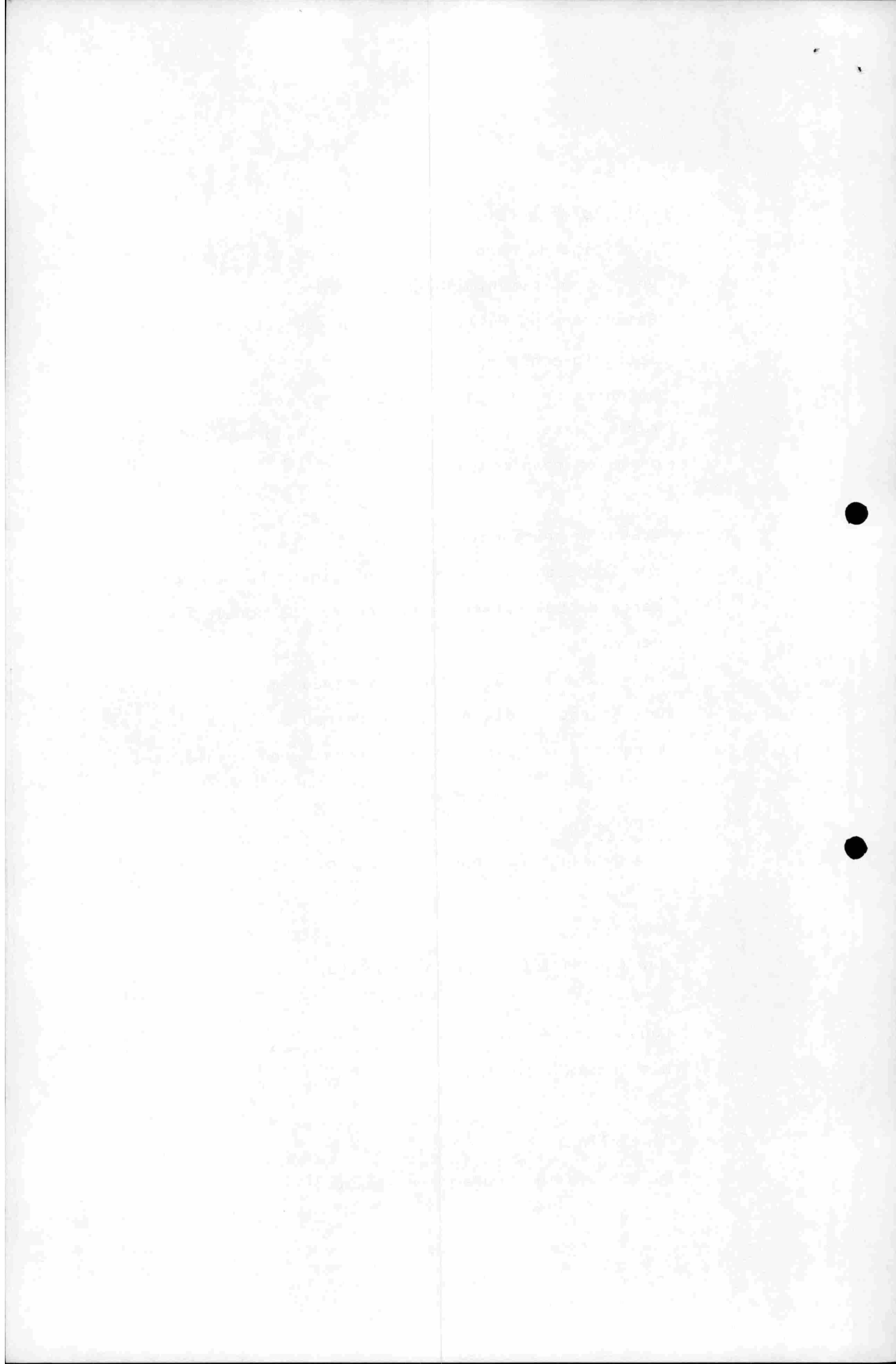
Não consta informação a respeito.

8 - Equipe a serviço:

Não consta informação a respeito.

9 - Disciplina:

Não consta informação a respeito.



10 - Tratamento penitenciário:

Do que consta no relatório pode-se concluir que há esforço no sentido de proporcionar trabalho ao maior número de internos. que as autoridades da área, ou seja, o Secretário de Segurança e de Justiça, o diretor do estabelecimento, o juiz Criminal Federal, os presidentes da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Penitenciário, estão bastante ocupados com a questão da delinquência e execução da pena, atuando em colaboração umas com as outras.

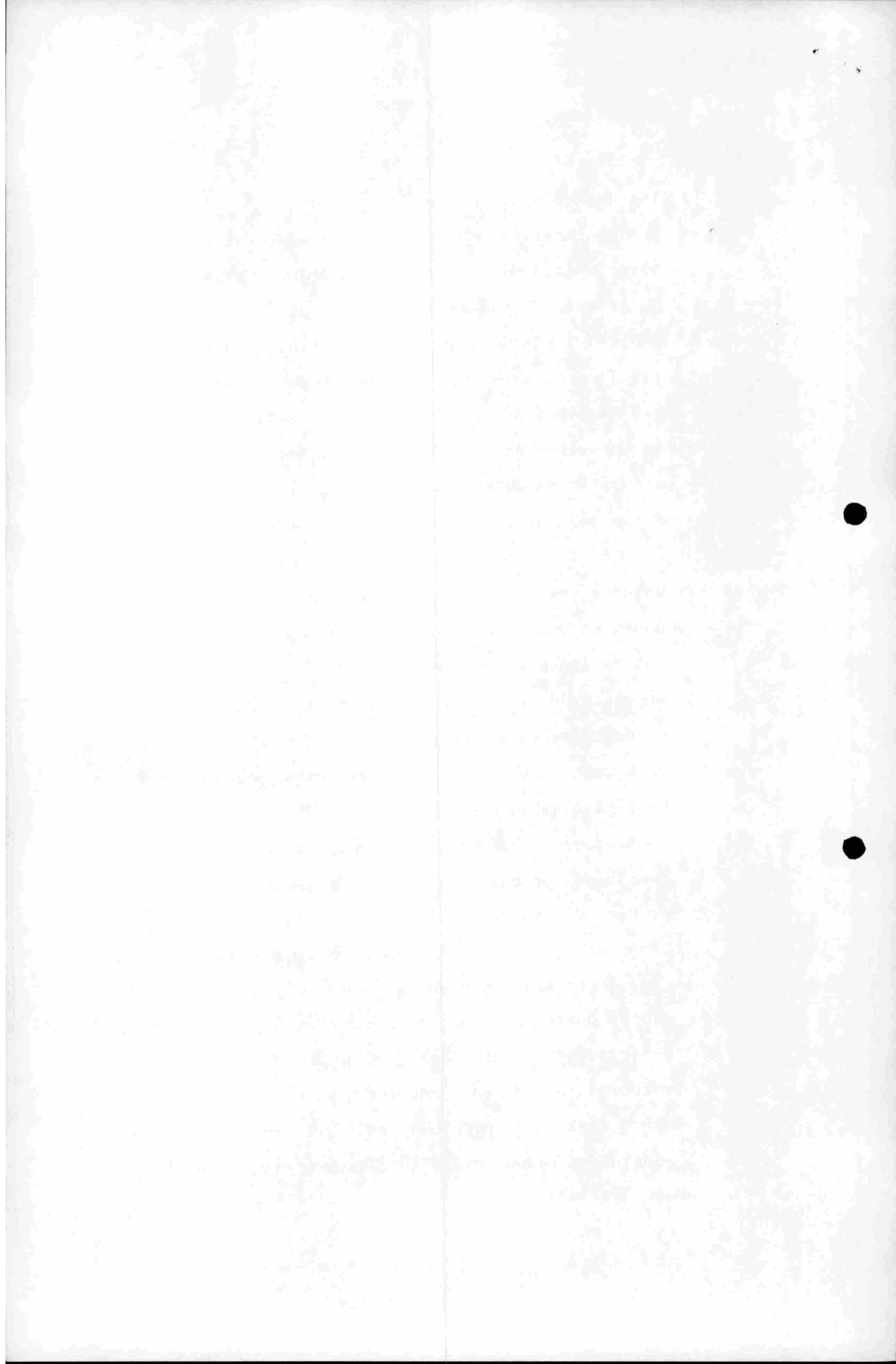
11 - Observações gerais e recomendações:

A despeito de algumas falhas o sistema prisional causou exelente impressão.

Urge, fornecer recursos (atualmente estimados em tor-no de sessenta milhões de cruzados (CZ\$60.000.000,00) para conclusão das obras previstas no projeto já aprovado pelo Ministério da Justiça.

Completa-se o sistema, no Amapá, com a edificação, já concluída, de cadeias públicas ao lado das Delegacias de cada circunscrição.

Sendo enormes as distâncias a vencer, no Amapá, a edificação de tais cadeias, além de permitir a permanên-cia de custodiados nas proximidades de seus familiares, facilita a atuação da Justiça. Para conferir maior celeridade aos processos, o Dr. juiz, periodicamente, desloca-se para uma das circunscrições e ali conclui, em poucos dias, julgamentos que, de outro mo



do, consumiriam meses.

A Delegacia do Oiapoc, foi visitada e revelou-se composta de cinco celas bem iluminadas e arejadas, dispondo de um quarto e sanitário para utilização comum.

Do que foi visto ficou a convicção de que, provido dos necessários recursos para a conclusão de seu projeto, o sistema do Amapá reúne todas as condições para se converter em modelo para os demais.

11

•

•

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

1 - Nome e localização do estabelecimento:

Penitenciária Agrícola de Boa Vista, Boa Vista, 9 de junho de 1987.

2 - Tipo de estabelecimento:

A Penitenciária abriga tanto presos provisórios quanto presos em regime fechado, semi-aberto ou aberto, menores, mulheres e clientela própria de Manicômio Judiciário.

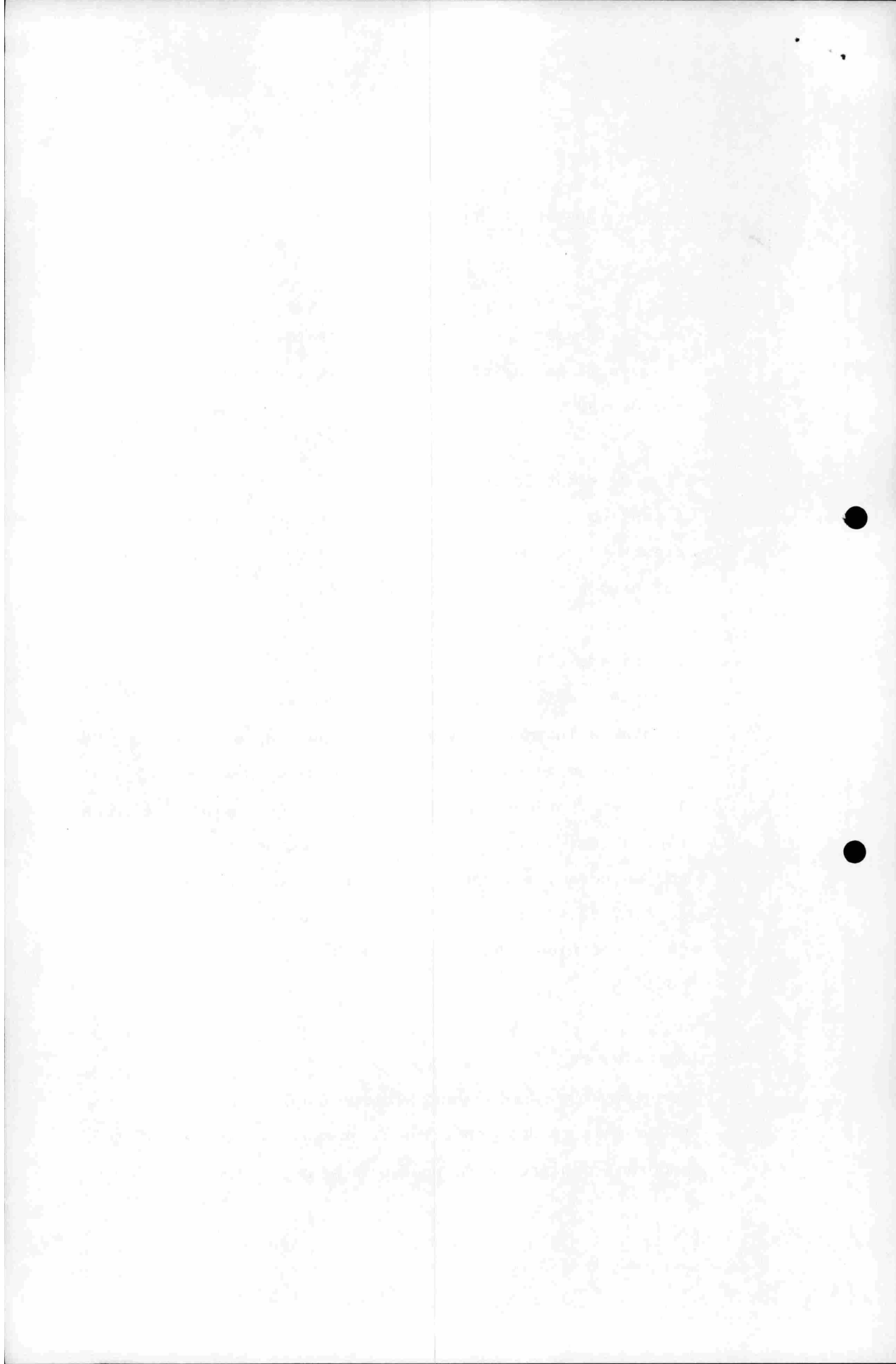
3 - Capacidade e lotação:

A capacidade é de 70 (setenta) presos.

No dia da inspeção compunham a população carcerária 42 (quarenta e dois) presos provisórios do sexo masculino, 13 (treze) presos em regime fechado, 08 (oito) presos em regime semi-aberto, 06 (seis) em regime aberto, 02 (duas) mulheres, uma presa provisória e uma em regime semi-aberto, 02 (dois) menores e 06 (seis) presos com situação indefinida. No total eram 79 (setenta e nove) internos.

4 - Instalações:

Identificado o estabelecimento, nota-se rapidamente que se trata de mais um dos depósitos de presos existentes no País, embora a construção do prédio seja razoavelmente ampla,



possuindo janelas grandes, cozinha em condições razoáveis.

O depósito de produtos alimentares é uma pequena mercearia, notando-se abundância de latarias, que não se sabe se fazem parte do cardápio dos presos.

5 - Trabalho prisional:

Os 06 (seis) presos em regime-aberto e 08 (oito) presos em regimes semi-aberto ou fechado prestam trabalho externo e apenas pernoitam na Penitenciária.

Dessesete (17) presos trabalham internamente, distribuídos por uma carpintaria, um setor de artesanato em que confeccionam jarros de barro, e horta; a remuneração é de: Cz\$ 990,00 (novecentos e noventa cruzados) por mês, segundo informação da direção.

6 - Serviços:

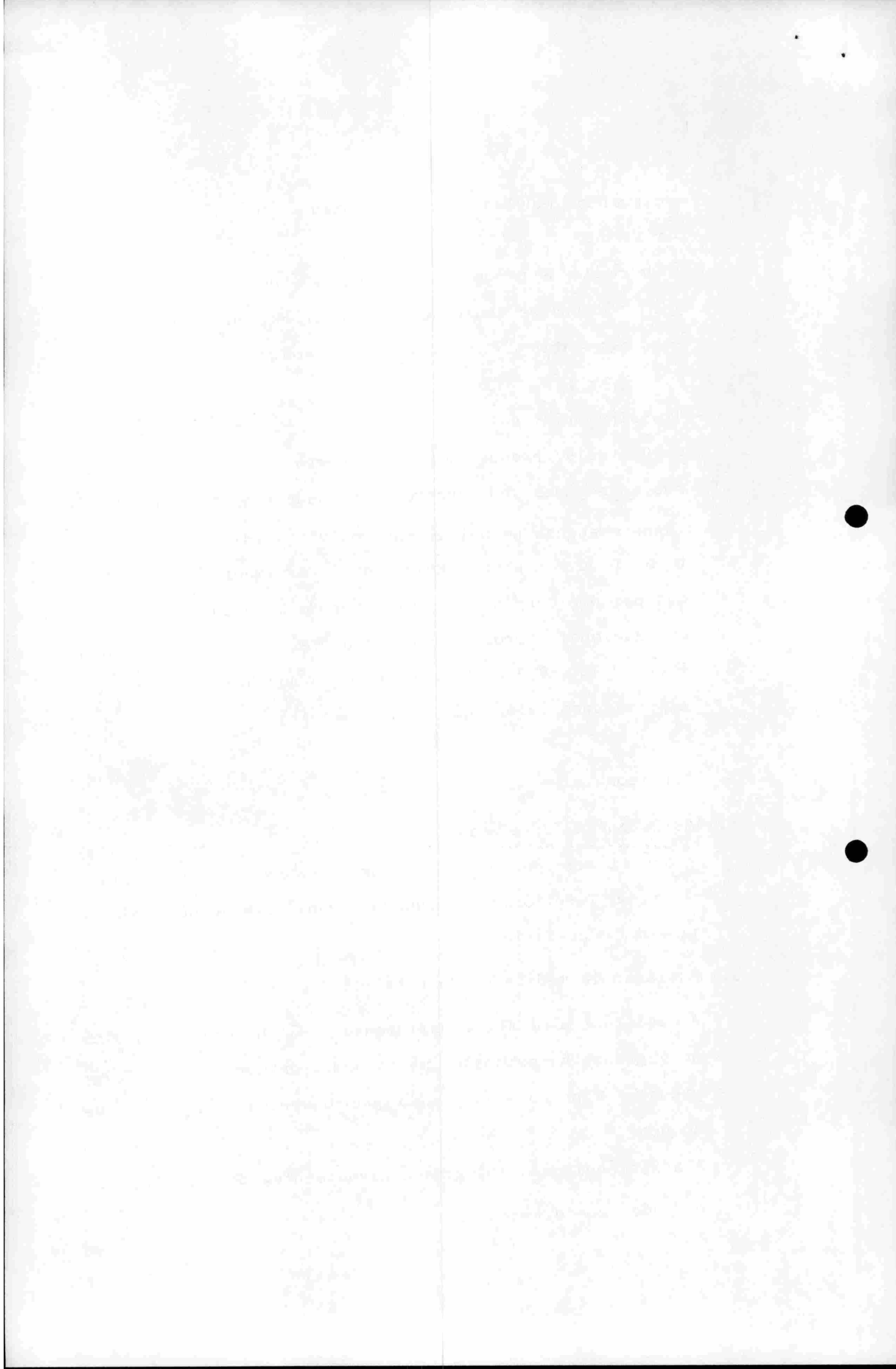
6.1 Assistência Judiciária

A assistência judiciária é coordenada pela Procuradoria Geral do Território e, segundo manifestação de diversos presos, é precária.

6.2 Assistência médica e odontológica

A assistência médica é deficiente. Não há exame médico ao ingresso no estabelecimento nem prontuário individual. O preso é examinado quando apresenta suspeita de doença.

A assistência odontológica é, igualmente, deficiente, limitando-se a extrações.



6.3 Assistência social:

O trabalho das assistentes sociais limita-se ao atendimento de alguns casos não desenvolvendo atividades voltadas a interação social do interno.

6.4 Assistência educacional:

Não há estudo regular de qualquer espécie.

7 - Lazer:

O lazer restringe-se a jogo de futebol, no pátio interno, até às 21 horas.

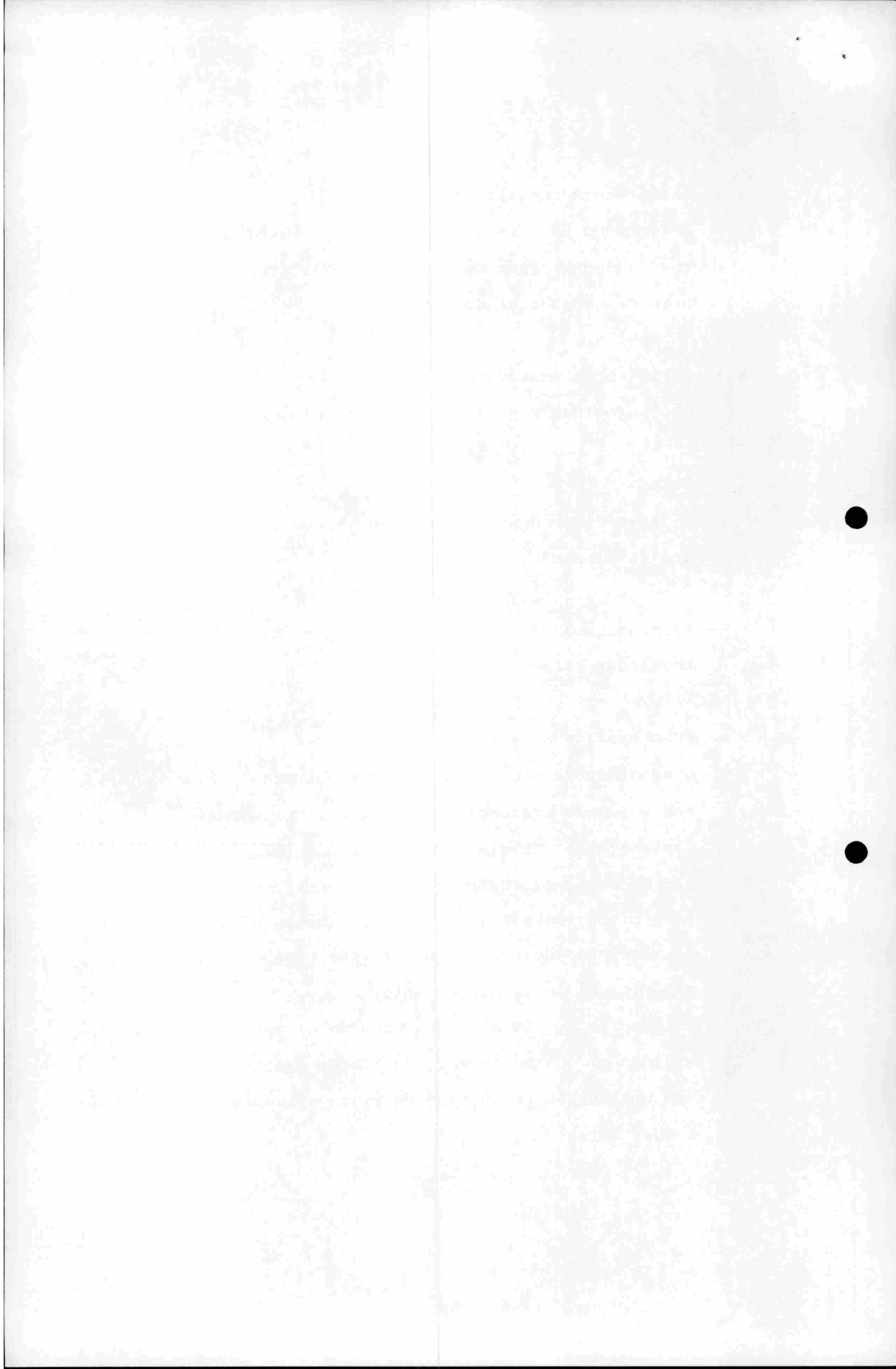
8 - Alimentação:

Condições alimentares razoáveis.

9 - Funcionários a serviço:

O estabelecimento conta com 60 (sessenta) funcionários, dos quais 16 (dezesseis) são agentes prisionais, 01 (um) é assistente jurídico, 01 (um) é odontólogo, 02 (dois) são médicos, 02 (dois) são assistentes sociais e 38 (trinta e oito) trabalham na administração. Há que ressaltar a existência de uma cozinheira que recebe mais de quatro salários mínimos, mensalmente.

Os agentes prisionais (chamados de carcereiros) estão divididos em quatro turmas, de quatro agentes cada, e observam uma escala de serviço de vinte e quatro por setenta e duas horas.



Não existe qualquer forma mais elaborada de recrutamento de funcionários (quer através de concurso público, quer através de curso de formação e habilitação) tanto que há agentes prisionais admitidos através da Consolidação das Leis de Trabalho e do Estatuto do Funcionário Público.

10 - Disciplina:

Segundo a direção a pena disciplinar atualmente estabelecida é a restrição de regalias. Esta restrição de regalias é chamada de "tranca" pelos presos e a regalia restringida é a saída da cela.

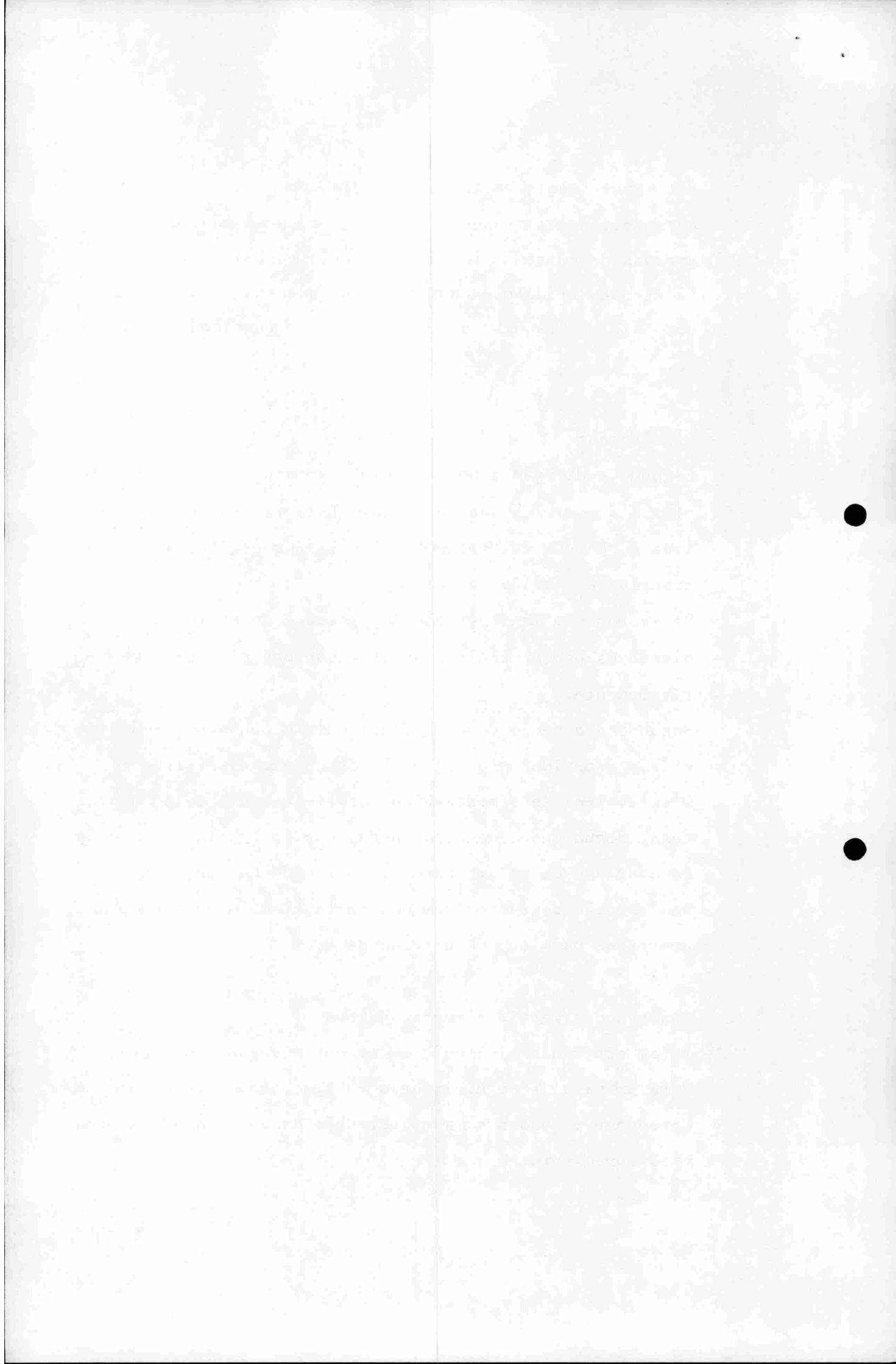
De acordo com manifestação de presos e de assistentes judiciários os carcereiros aplicam sanções disciplinares imotivadamente.

Segundo a direção do estabelecimento o Conselho Penitenciário é ouvido para aplicação de sanção disciplinar.

O estabelecimento manteve, até este ano, uma cela de tortura, cognominada de cela surda, que consistia em um espaço apertado entre uma parede, ao fim de um corredor, e uma armação de ferro, com uma porta, também de ferro, sem aberturas para luz ou entrada de ar.

11 - Observações gerais e recomendações

- 11.1- Foram efetuadas visitas a Ordem dos Advogados do Brasil, Vara Criminal e ao Ministério Público, com o intuito de apreender o quadro da administração da Justiça de forma mais abrangente.



De acordo com registro da secretaria da Vara Criminal, existem duzentos (200) réus pronunciados aguardando captura; duzentos (200) condenados aguardando prisão e cinquenta (50) réus com prisão preventiva decretada, também aguardando captura.

Em rápido exame por livros de registro de sentenças verificou-se raras sentenças de mérito.

Os delitos mais valorizados são homicídio e tráfico de tóxicos. O roubo, embora valorizado, tem apenas seis (06) processos. O número de delitos sexuais (crime contra os costumes) é alto mas, via de regra, os processos não chegam a uma sentença de mérito, pela extinção da punibilidade, pela prescrição ou pela morte do agente (esta hipótese embora mencionada não está comprovada).

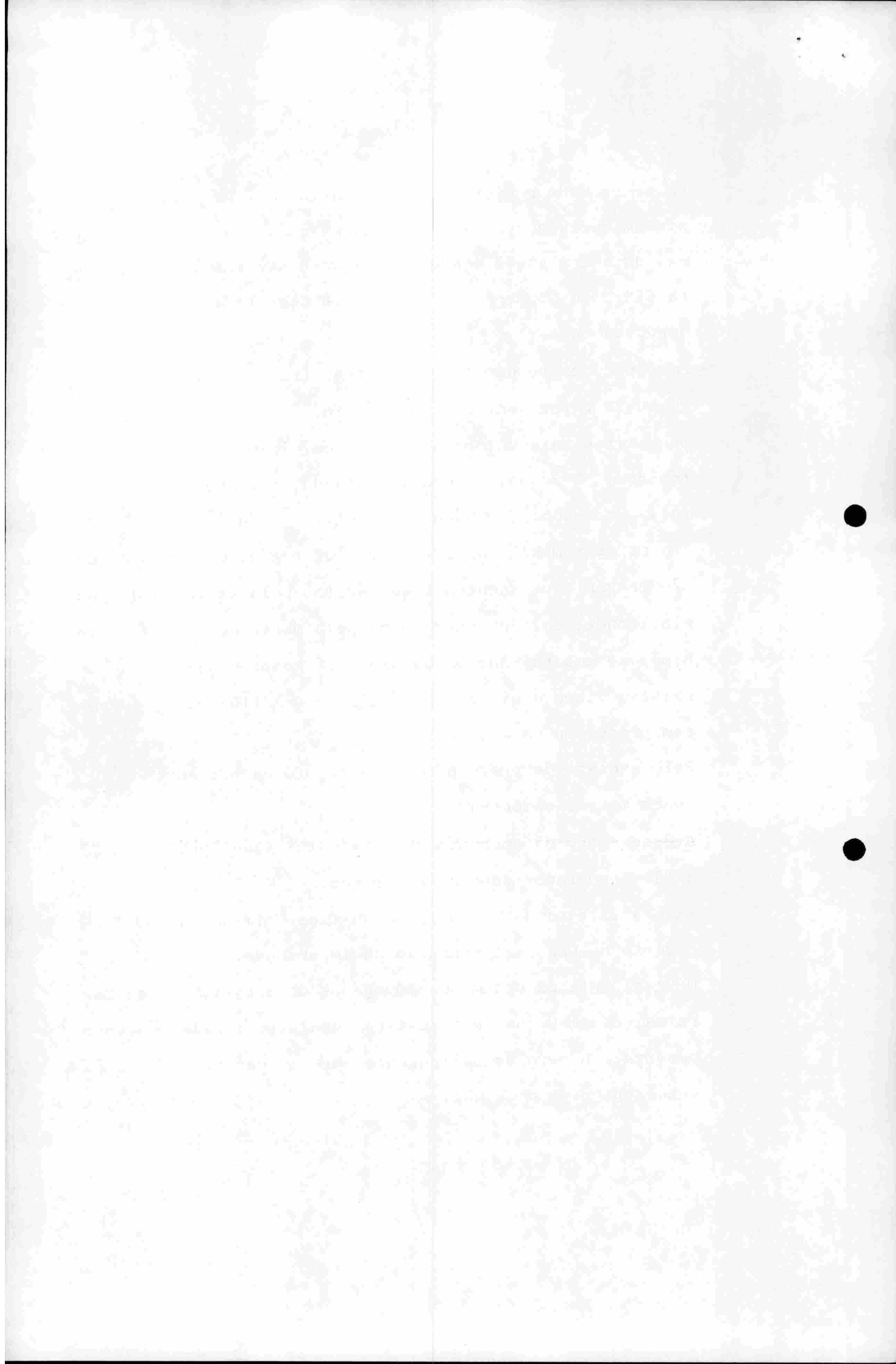
Existem vinte e cinco (25) índios e dez (10) estrangeiros com processos em andamento.

Pelo excesso de prazo há o relaxamento da prisão e o réu nunca mais é encontrado.

Até dezembro do corrente ano trezentos (300) processos já estão preparados para a prescrição.

Face a extrema deficiência da Justiça Criminal no Ter-ritório há uma real sensação de impunidade.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ro-raima, afirmou que se a Justiça local funcionasse como deveria o número de delinquentes presos deveria ser três vezes superior ao atual.



6

Sublinhou, ainda, a necessidade de ter andamento o processo que se encontra no Departamento de Assuntos Judiciais do Ministério da Justiça criando Varas no Território. Afirmou que 80% dos funcionários do Foro são cedidos pelo Governo do Território, sendo, no mais das vezes inabilitados para as funções que exercem.

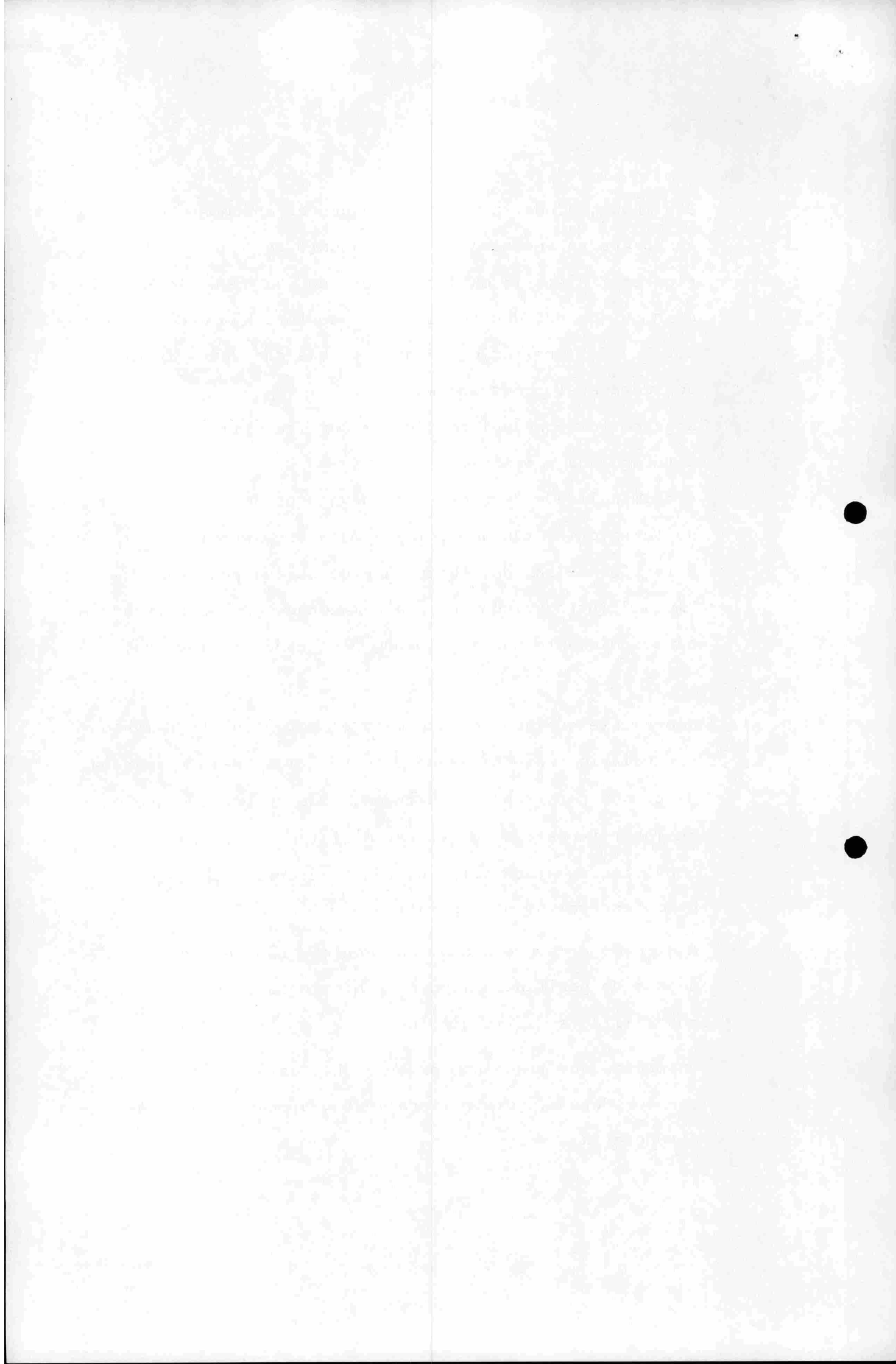
Segundo foi possível concluir a Justiça Criminal está estrangulada e omissa.

A criminalidade descreve uma curva ascendente. No Sul do Território, tensão social e matadores profissionais. Pelas fronteiras da Venezuela e da Guiana penetram os "mulas" introduzindo cocaína e maconha. Dos garimpos vêm ouro e diamante não se sabendo para onde são levados.

- 11.2 Não existe qualquer ensaio mais elaborado no tratamento penitenciário. Não há exame criminológico, nem separação de presos por grupos homogêneos. Não se percebe qualquer tentativa de alterar o sistema de regras de convivência estabelecido na Penitenciária, que se nos afigurou excessivamente estafado.

A direção é despreparada, os técnicos não têm noções modernas de penitenciarismo e criminologia e os carcereiros limitam-se a impedir fugas.

Os presos que trabalham externamente estão praticamente isentos de pena, pois, literalmente, apenas dormem na Penitenciária.



11.3 A pretendida criação e instalação de Varas e a alocação de recursos humanos adequados são impostergáveis.

11.4 No elenco de prioridades deve-se considerar a construção da Cadeia Pública de Caracará (Convênio Ministério da Justiça, recursos do FAS) e da nova Penitenciária Agrícola de Boa Vista que permitirá a transformação da atual em Cadeia Pública.